

## OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO CERRADO PIAUIENSE

### Los desafíos de la agricultura familiar en el cerrado piauiense

Antonio Joaquim da SILVA

Prof. Dr. do Instituto Federal do Piauí; [antoniojoaquim@ifpi.edu.br](mailto:antoniojoaquim@ifpi.edu.br); ORCID: 0000-0002-8756-9464

**RESUMO:** Este artigo objetiva apresentar um perfil social do agricultor familiar do cerrado piauiense, em razão das novas configurações socioespaciais impostas pelo fenômeno da expansão da fronteira agrícola, comandada pelo agronegócio granífero. Diante das mudanças provocadas pelo agronegócio em Uruçuí-PI, a questão a examinar no artigo é como a agricultura familiar constroeu suas estratégias de reprodução social de vida e de trabalho diante das contradições do modelo desenvolvimento dominante implantado no município. A escolha de Uruçuí para a pesquisa justifica-se pelo seu pioneirismo na instalação do agronegócio no cerrado piauiense. A análise se embasa nos métodos dialético e etnográfico, por meio de observações sistemáticas, formulários e entrevistas semiestruturados com 254 agricultores familiares. Concluiu-se que a agricultura familiar de Uruçuí manifestava uma grave crise social marcada, sobretudo, por problemas quanto à posse da terra, migrações, baixo grau de escolaridade e precárias condições de moradia e saneamento, comprometendo a qualidade de vida das famílias, repercutindo no futuro da atividade.

**Palavras-chave:** agricultura familiar. agronegócio. cerrado piauiense.

**RESUMEN:** Este artículo objetiva presentar un perfil social del agricultor familiar en el cerrado de Piauí, debido a las nuevas configuraciones socioespaciales impuestas por el fenómeno de la expansión de la frontera agrícola, liderado por el agronegocio de granos. Ante los cambios provocados por el agronegocio en Uruçuí, la cuestión que se examinará en este artículo es cómo los agricultores familiares construyen sus estrategias de reproducción social para vivir y trabajar frente a las contradicciones del modelo de desarrollo dominante implantado en el municipio. La elección de Uruçuí para la investigación se justifica por su pionero en la instalación de agronegocios en el cerrado de Piauí. El análisis se basa en métodos dialécticos y etnográficos, mediante observaciones sistemáticas, formularios y entrevistas semiestructuradas con 254 agricultores familiares. Se concluyó que la agricultura familiar en Uruçuí atraviesa una grave crisis social, marcada sobre todo por los problemas de tenencia de la tierra, la migración, los bajos niveles de educación y las precarias condiciones de vivienda y saneamiento, que comprometen la calidad de vida de las familias y repercuten en el futuro de la actividad.

**Palabras clave:** agricultura familiar. agroindustria. cerrado de Piauí.

---

### 1 Introdução

Piauí, *grosso modo*, é tido historicamente por estudiosos do desenvolvimento como um Estado cujas desigualdades sociais são endêmicas, marcadas, por exemplo, pela concentração da riqueza e da terra, que repercutem inversamente na qualidade de vida de uma parcela significativa da população, principalmente a rural. Tais contradições têm se intensificado recentemente com o processo de expansão da fronteira agrícola, visando a produção de exportáveis, como milho e soja.

Tradicionalmente, a economia piauiense se sustentou no setor primário, tendo destaque a criação de gado de modo extensivo, o extrativismo vegetal (carnaúba, maniçoba e babaçu) e a agricultura de subsistência, atividades de natureza cíclica, pois dependiam das altas dos preços no mercado, sobretudo o internacional. Com o declínio dessas atividades a partir dos anos 1950, derivado do advento da sociedade urbano/industrial, que incrementou novos produtos, padrões, hábitos, estilos e costumes de vida, o espaço rural piauiense passou por profundas transformações reveladas pela entrada da agricultura moderna que se intensifica nos anos 1990 com ocupação empresarial dos cerrados ao sul do Estado.

Neste artigo, não pretende-se discutir as formas nem tampouco entrar na semântica da economia primária piauiense, mas refletir como a agricultura de subsistência, especialmente a que se encontra localizada em área de fronteira agrícola, tem se reinventado diante das interferências e tramas orquestrados pelo capital, pois do ponto de vista deste, segundo Silva (1982), a fronteira consiste em uma relação social de produção, o que esvazia a qualquer possibilidade de eliminação da agricultura familiar de base tradicional no Brasil.

Assim, salienta-se que o entendimento do contexto de reprodução social da agricultura familiar no cerrado piauiense inscreve-se, sobremaneira, nos processos de resistência dessa categoria social aos imperativos do projeto de desenvolvimento dominante planejado pelo Estado no qual o agronegócio tem se conformado numa palavra política (BRUNO, 2009), revestida de interesses, modernidade, divergências e exclusão.

Diante do exposto, questiona-se quais os limites e as possibilidades de reprodução social do agricultor familiar do cerrado piauiense ante as contradições socioespaciais impostas pela expansão capitalista da fronteira agrícola, comandada pelo agronegócio? Visando responder o questionamento, elegeu-se Uruçuí/PI como área de pesquisa devido as contradições do modelo desenvolvimento dominante implantado no município. Tal modelo contribuiu para que Uruçuí passasse recentemente a liderar a produção de grãos no Piauí, como também a ser pioneiro em abrigar investidores do capital agrário, oriundos de diversas regiões do país.

Este artigo pretende analisar criticamente, por meio da dimensão social, os desafios de reprodução social da agricultura familiar de Uruçuí, haja vista as ambiguidades do modelo de desenvolvimento rural instituído no município. Para tanto, o trabalho estrutura-se em cinco seções, além desta introdução. A próxima seção debate a agricultura familiar e agronegócio, caracterizando-os historicamente no cerrado piauiense. A terceira seção

apresenta a metodologia utilizada na investigação. A quarta seção trata dos resultados e discussões da pesquisa; e a quinta seção socializa as considerações finais do estudo.

### **2 Agricultura familiar e as ações estatais para o agronegócio no cerrado piauiense**

Diante da abrangência de situações e das questões que envolvem a agricultura familiar, torna-se arriscado a adoção de um conceito *sui generis*. Mas como ponto de partida às rediscussões sobre a temática posta, infere-se que o agricultor familiar é uma categoria social recente da história agrário/agrícola brasileira, cujo reconhecimento político e importância econômica foram institucionalizados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Lei 11.236, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu critérios para a definição conceitual e para as políticas de incentivo à produção, representando avanços para a atividade que até então era tida como atrasada, primitiva ou de baixa eficiência produtiva (ou outras conotações depreciativas).

Doravante a centralidade da forma familiar de produção ser essencial para o entendimento da estrutura agrária/agrícola e do desenvolvimento rural dos países centrais ou periféricos, salienta-se que as origens das referências teóricas de agricultura familiar são derivadas da Europa (com intelectuais marxistas franceses e ingleses, principalmente) e dos Estados Unidos da América (com as narrativas sobre *family farms* – colonos migrantes do velho continente que constituíram unidades de produtores agrícolas), onde os estudos sobre a economia camponesa, que inclui a organização da unidade produtiva, as relações com os mercados, as tradições, os aspectos culturais e os processos sociais, personificaram as matrizes ancestrais do agricultor familiar.

Assim, faz-se mister realçar os estudos clássicos sobre a temática, como os trabalhos de Chayanov (1974), Lênin (1982) e Kautsky (1986), por exemplo, que, de maneira geral, caracterizam o camponês na fase pré-capitalista, sendo marcado pela dependência aos ciclos ecológicos para o desenvolvimento da agricultura, pela dedicação ao trabalho como fator determinante de reprodução social e biológica e pelo uso de modos específicos de produção. Essas características validam princípios de um modo de vida camponês calcado na necessidade de manutenção dos membros da família e não a acumulação de capital.

E é na microeconomia praticada pelo camponês que reside a sua autonomia e a autossuficiência, vislumbrando como opção viável à lógica de reprodução e organização

social (KAUTSKY, 1986). Nota-se que a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição do modo de vida, juntamente com o acesso ao patrimônio fundiário, são elementos comuns dessa categoria social. Nessa perspectiva, Chayanov (1974) atesta que a fusão entre a unidade de produção e o consumo é entendida como um traço definidor do camponês, já que para não afetar adversamente a demanda familiar, faz cumprir a quantidade de trabalho indispensável para que seja atingida.

Mas para Lênin (1982), o camponês representava um mecanismo indispensável conforme as vicissitudes da economia, mostrando-se integralmente subordinado ao mercado, dependendo dele tanto para o consumo dos membros da família como para o desenvolvimento de suas atividades. Essa dependência condenaria o camponês ao desaparecimento, à proletarização, pois com a introdução do capital na agricultura, a formação de novos perfis de população rural e a desintegração do campesinato seriam inevitáveis.

Todavia, as ideias de Lênin (1982) são contestadas por autores que defendem a permanência do camponês no mundo moderno, como a análise de Martins (2012, p.64 e 71) de que o camponês *“se situa no mundo através do seu produto. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital”*. Nesse sentido, a produção camponesa é revestida de sentidos, inclusive a terra passa a ser vista como espaço de vida e trabalho.

Para Silva (1982), faz-se necessário compreender que o novo camponês derivado das transformações na agricultura não é apenas o antigo, marcado por novas características e funções que o qualificam como um personagem integrado ao circuito global da acumulação capitalista que ganha novas determinações e gera também novas ambiguidades e contradições. A opinião de Silva revela as contraposições do desenvolvimento desigual do campo brasileiro, cujas políticas públicas estatais favoreceram sobremaneira o latifúndio, configurando uma modernização dolorosa para a pequena propriedade familiar.

Portanto, o processo de expansão do capitalismo na agricultura tem intensificado a modernização tecnológica, principalmente para as grandes propriedades rurais, como também tem inaugurado a configuração de uma nova geografia dos espaços rurais, mas que não eliminou o camponês, este tem se apresentado como um personagem ativo no mundo moderno. Para Gomes (2009), essa concepção de ator social globalizado legitima uma lógica

de resiliência na qual o agricultor pensa e age sobre o espaço. E nessa condição de ator, incorpora e articula, particularmente, duas dimensões: uma cultural, ligada aos modos de vida, e outra, conjuntural, determinada pela necessidade de se adaptar aos novos imperativos econômicos e institucionais de produção e consumo.

Assim, a compreensão sobre agricultura familiar piauiense se particulariza às práticas sociais, culturais e econômicas de produção e consumo da agricultura camponesa, em particular do Nordeste e do Norte do Brasil. E que tal forma particular de agricultura difere de outras práticas familiares de produção de outras regiões do país, como Sudeste e Sul, onde, segundo Abramovay (2007), o agricultor familiar não necessariamente é proprietário de grandes extensões de terra, mas altamente capitalizado, profundamente inserido no agronegócio, produzindo em caráter mercantil e fazendo uso de tecnologias de ponta.

Após tais considerações sobre agricultura familiar, faz-se mister destacar o caráter de difusão do agronegócio nos cerrados do Piauí, já que este tem se mostrado elemento síntese das transformações derivadas do processo de expansão da fronteira agrícola no Estado.

E em virtude das modificações provocadas pelo agronegócio, Silva, Monteiro e Silva (2015) definem agronegócio um projeto político/ideológico orientado pelo Estado visando desenvolver o capital no setor primário da economia. Não por acaso o agronegócio tem *“incrementado uma modernização que impõe uma padronização produtiva que incorpora o território numa hierarquia de fluxos gerenciados globalmente, que transforma a paisagem e que altera os projetos de vida das populações das localidades”* (Ibid., p.92).

Nessa perspectiva, Silva (2016) assegura que a modernização técnico/científica da agricultura nos cerrados brasileiros, iniciada nos anos 1970 e consolidada em anos recentes, realizada por empresas de agronegócios e financiada, sobretudo, pelas políticas públicas federais, promoveu a lucratividade da terra, ampliou a produtividade do trabalho e conferiu uma formidável competitividade das mercadorias em âmbito nacional e global.

Especificamente no cerrado piauiense, o agronegócio granífero se instala nos anos 1970, consolidando-se a partir dos anos 1990, tendo a soja importância essencial para a constituição e expansão da chamada ‘nova fronteira agrícola do país’. E coube aos governos federal e estadual apresentar e implementar um conjunto de mecanismos capazes de oferecer aos agentes econômicos e empresários do agronegócio o suporte necessário à nova engenharia agrícola e à introdução de um novo modelo de desenvolvimento para o espaço

rural. Dentre tais mecanismos, Silva (2019) lista os subsídios do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor-Agropecuário), voltado à aquisição de terras a preços ditos “módicos” por parte de empresários principalmente do Sul do Brasil, e do Fundo de Investimento Setorial (Fiset), para concessão de incentivos fiscais. Acrescenta ainda a infraestrutura ofertada, materializada através da ampliação da rede de energia elétrica rural, a construção de rodovias, armazéns, indústrias de sementes e fertilizantes e da instalação de mineradoras de calcário, além dos investimentos em pesquisas científicas desenvolvidas pela Embrapa.

As repercussões sociais, econômicas e ambientais do processo de ocupação empresarial do cerrado piauiense são doravante questionadas por estudiosos do desenvolvimento agrário, como Andrade e Viana (2015), que criticam as mudanças socioespaciais derivadas da difusão do agronegócio granífero, por revelarem-se de fato, e de maneira preocupante, na expropriação de grupos tradicionais, como os camponeses, que ocupavam as áreas do bioma na forma de pequenas propriedades e orientavam suas demandas de exploração da natureza em contextos de sustentabilidade; na pauperização, como parte do problema de degradação ambiental; e nas práticas de grilagem e especulação de terras, decorrentes da constituição de um rentável mercado imobiliário na região.

Por conta disso, Silva (2016) constata que o agronegócio configura-se em elemento síntese das mudanças socioespaciais no cerrado piauiense, na medida em que tem avançado sob as terras de uso comum (áreas de chapadas, onde predomina topografia plana e/ou suavemente ondulada, e viável à mecanização), causando incertezas sobre o futuro da agricultura familiar, a sustentabilidade dos recursos naturais e a trajetória dos modos de vida rurais e das identidades territoriais.

Esse panorama de instalação de um modelo de desenvolvimento dominante nos cerrados do Piauí impactou diretamente a continuidade agricultura familiar de Uruçuí, posto o município ser pioneiro em abrigar empresas de agronegócios no Estado, passando a ofertar os mecanismos necessários para a reprodução ampliada do capital na agricultura.

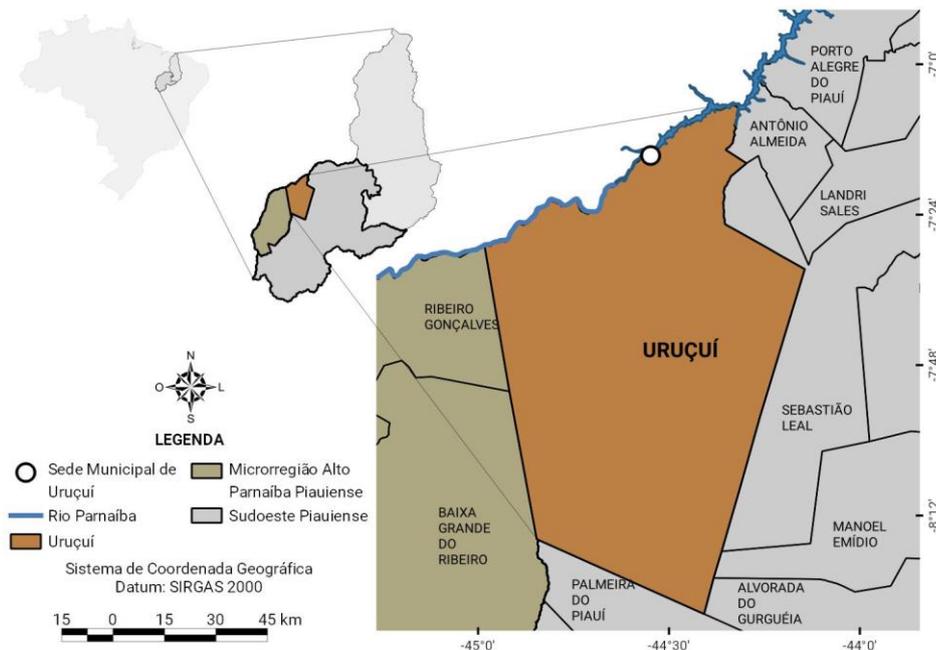
### **3 Material e métodos**

#### ***Caracterização da área de estudo***

Uruçuí pertence à região sudoeste piauiense, possui população estimada em 21.655 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,631 (IBGE, 2010 e 2020). Sua área territorial de 8.452,025 km<sup>2</sup> se limita, ao Norte, com o estado do Maranhão

e o município piauiense de Antônio Almeida, ao Leste, Landri Sales, Sebastião Leal e Manoel Emídio, ao Sul, Alvorado do Gurgueia e Palmeira do Piauí e, a Oeste, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e o estado do Maranhão (Figura 1).

**Figura 1:** Mapa de localização espacial de Uruçuí/PI



**Fonte:** Autor, com base em IBGE (2014).

Uruçuí foi fundado em 07 de setembro de 1902, tendo suas terras desmembradas do município de Bertolínia que dista aproximadamente 397 km de Teresina, capital do estado. Sua instalação ocorreu durante a chamada nova reorganização político-administrativa do espaço piauiense, período marcado pelas políticas da Primeira República (1989-1930), em âmbito nacional, e pela criação de novos municípios, navegação do rio Parnaíba e desenvolvimento do extrativismo vegetal, em nível estadual (ASSIS SILVA, 2016).

A respeito da exploração das terras uruçuienses pelo agronegócio, esta se inicia nos anos 1970, como ocorrera no conjunto dos cerrados do sul do Piauí, através de subsídios do Finor-Agropecuário e do Fiset, os quais promoveram a reprodução do latifúndio por meio de projetos pecuários e de reflorestamento (MONTEIRO; AGUIAR, 2006). Mas foi somente a partir dos anos de 1990 que ocorreu a intensificação da migração de empresas de agronegócios e investidores do capital agrário, interessados em produzir grãos, sobretudo,

soja. Os migrantes que chegaram a Uruçuí eram originários da agricultura familiar do Sul do país, cujos fatores como baixo preço da terra, boas condições de clima, solo e topografia, emergência de um mercado consumidor regional, incentivos fiscais e infraestruturas, por exemplo, foram essenciais para o processo de ocupação capitalista do município.

Por conta disso, Alves (2003) argumenta que as experiências vividas pelos agricultores familiares de Uruçuí se relacionam a uma cultura produzida muito antes da chegada e intensificação do agronegócio no cerrado piauiense. Para Moraes (2009) e Silva (2016), tais agricultores são essencialmente dedicados ao cultivo da terra e tomam decisões relativamente autônomas, carregadas de valores simbólicos e marcadas por um patrimônio de saberes, conhecimentos, experiências e técnicas tradicionais. Exemplos disso são a organização do calendário agrícola embasada no conhecimento dos ciclos meteorológicos e fases lunares, o respeito ao sagrado e às leis divinas para cultivar e colher a safra e a seleção das áreas de produção por meio de saberes etnoecológicos sobre a flora e solo do cerrado.

### ***Classificação da pesquisa e procedimentos para a coleta e análise dos dados***

Esta investigação se embasou nos métodos dialético e etnográfico<sup>1</sup>, e assentou-se nas análises quantitativa e qualitativa<sup>2</sup>. Trata-se de uma pesquisa-ação participativa, que “*presta auxílio à população estudada, pois visa resolver problemas e necessidades, dando uma orientação de vida*” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.81).

Para a definição da amostra dos agricultores, considerou-se as propriedades rurais cujas dimensões não ultrapassavam a quatro módulos fiscais, uma vez que para Silva (2016), esses imóveis rurais são reais representantes da situação socioeconômica da agricultura familiar no município, como também denotam fatores de produção (terra, capital e trabalho). Ressalta-se que em Uruçuí, o módulo fiscal corresponde a 75 hectares.

Por meio do Programa *Sample Size Calculator by Raosolft* estabeleceu-se o erro amostral de 5% e o nível de confiança de 95%, para o universo de 741 propriedades rurais com até quatro módulos fiscais cadastrados pelo INCRA (2013), determinando a amostra de

---

1 O método dialético “procede pela refutação das opiniões do sensu comum, levando-as à contradição, para se chegar então à verdade, fruto da razão” (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, p.167). Já os estudos etnográficos consistem em “um método da maiêutica social que permite ao informante ter um conhecimento de si mesmo, a possibilidade de conhecer o seu grupo social, a sociedade e sua cultura” (MUCCHIELI, 1996, p.63).

2 A abordagem quantitativa consiste “em números que representam contagens ou medidas” (LUDWIG, 2015, p. 91), enquanto a qualitativa se caracteriza por ser “um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2016, p.60).

254 agricultores familiares das comunidades rurais Flores, Santa Teresa, Graciosa, Lajeiro, Malhada da Areia, Mato Verde, Morrinhos, Pratinha, Pontes, Porto Velho, Sangue, Santo Antônio, Sucupira, Vão do Lourenço, Vereda do Mato, Tamboril e Tucuns. A escolha das comunidades se fundamentou na análise de Silva (2016), de que tais comunidades passam por intensos processos de desterritorialização decorrente da instalação do agronegócio.

Utilizou-se também de pesquisas bibliográfica, documental e levantamento, sendo esta desenvolvida no período de fevereiro a julho de 2016, momento em que foram realizadas observações sistemáticas e aplicados formulários e entrevistas semiestruturados, orientados por tópicos-guias (TRIVIÑOS, 1987) a fim de coletar informações sobre a situação social dos agricultores, o que incluiu saber sobre a propriedade da terra, a mão de obra, as condições de moradia e saneamento, e o acesso a redes de comunicação. Usou-se ainda de gravador de áudio e diário de campo para registrar o cotidiano da investigação.

Os dados quantitativos foram tratados por meio do programa eletrônico *Statistical Package for the Social Sciences*. No tocante à análise qualitativa dos discursos gravados, esta se baseou na transcrição (MANZINI, 2006) e leitura das falas, respeitando os depoimentos dos agricultores<sup>3</sup>, pois para Orlandi (2000), essa técnica possibilita o entendimento de como um objeto produz sentidos e significados para e por sujeitos.

#### 4 Resultados e discussões

A pesquisa nas comunidades rurais indicou que do total do universo amostral de 254 agricultores, 81,5% eram originários de Uruçuí; 10,2% eram oriundos de outros municípios piauienses; e 8,3% eram dos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Paraná e Pernambuco. Do total de nascidos em Uruçuí, 91,3% eram da zona rural e 8,7% da sede do município, o que possibilitou caracterizá-los como antigos habitantes do entorno rural, detentores de uma ancestralidade camponesa, uma vez que suas memórias sócio-históricas se harmonizavam com as observações de Moraes (2006), que por meio de estudos sobre as *master narratives* (narrativas mestras), concluiu que a população rural do sudoeste piauiense espelhava traços marcantes de campesinato, por reproduzirem seus modos de vida sob uma economia de pequena dinamização.

---

3 A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, por meio do Parecer Consubstanciado de Aprovação Ética, sob o número 1087335, o que garantiu o sigilo sobre as identidades dos informantes.

Acrescenta-se que esse panorama de mobilidade socioespacial entre as comunidades, manifestou a concentração da terra no município, em virtude de o território ser conformado pela grande propriedade fundiária. Esse entendimento se relacionou à visão de Brandão Filho (2009), na qual a expansão do agronegócio granífero, a partir da década de 1990, agravou a questão agrária em Uruçuí, repercutindo em instabilidade social, devido ao aumento de problemas vinculados à titulação da terra, como grilagem, posses, áreas litigiosas, etc., resultando em expulsão dos agricultores das áreas de uso comum e, ao mesmo tempo, encurralando-os nos baixões (fundos de vale).

Nesse sentido, relativamente à análise da estrutura fundiária das comunidades pesquisadas, constatou-se a preponderância de propriedades no grupo de área menor de 50 hectares, com 53,5%, enquanto o estrato com mais de 200 hectares, porém inferior ou igual a 300 hectares, correspondeu a apenas 6,3%, já as que variavam de 50 a menos de 100 ha eram 5,2%, e 3,9% dos imóveis apresentavam dimensões entre 100 a 200 ha. Contudo, a despeito desse cenário, observou-se que 31,1% dos agricultores não souberam informar o tamanho da propriedade a qual pertenciam, devido serem vulneráveis às pressões sobre a condição da propriedade da terra, como agregados<sup>4</sup>, arrendatário<sup>5</sup> e ocupantes<sup>6</sup>, os quais em geral, historicamente habitavam o cerrado uruçuiense.

Por conseguinte, entendeu-se que uma evolução nas relações sociais de trabalho em Uruçuí e a implantação de legislação específica representaria melhores condições de vida e de trabalho para as citadas classes de trabalhadores. Por outro lado, compreendeu-se que a situação apresentada, com a consolidação do agronegócio sob a formação socioespacial da região, se agravava em razão da posse da terra, ou seja, a questão de conquista, para os trabalhadores rurais, da documentação jurídica da propriedade.

Tal contextualização se coadunou com a concepção de Moraes (2009, p.132), de que o vínculo dos agricultores familiares com a terra ocorria “*por relações de posse e de não-propriedade jurídica*”, configurando um acesso livre, de maneira tradicional e em estreita

---

<sup>4</sup> Consistem em agricultores que moram no local de trabalho e pagam aluguel para explorar a terra. Todavia, é comum o agregado ser uma variação de trabalhador contratado, não necessariamente assalariado, mas diarista, ou a permanência na terra se consegue com troca de trabalho por moradia, cultivo de horta para subsistência e/ou algum trocado ou ferramenta. É quase um escambo. Em Uruçuí, esse tipo de trabalhador agrícola luta por terra e por melhores condições de salário. A condição de agregado não garante uma relação digna de vida e trabalho.

<sup>5</sup> O agricultor paga um tributo ao proprietário/capitalista, pela disponibilização do cultivo da lavoura.

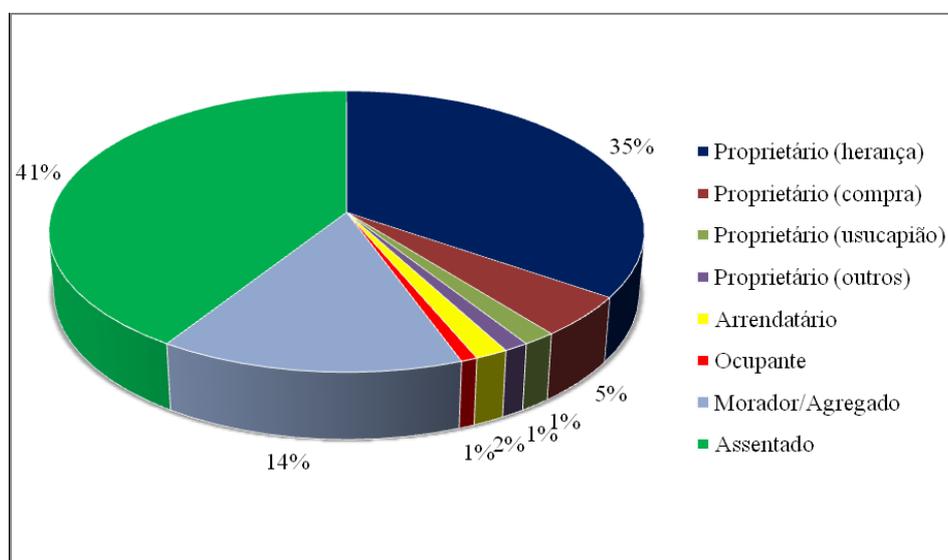
<sup>6</sup> Aqueles que exploravam terras públicas ou não, sem o consentimento do proprietário, nada pagando por seu uso.

simbiose com a natureza. Mas, com se percebeu, a falta de um reconhecimento jurídico sobre a posse da terra era motivo para o crescimento dos conflitos no campo nos cerrados situados no sul do Piauí.

Todavia, notou-se, portanto, uma questão de descaso da esfera pública em regularizar a terra da agricultura familiar, esta não poderia representar o antido, o arcaico, livre das questões e organizações impostas pela legislação/Constituição Federal, era preciso documentar, registrar, esgotar as possibilidades de avanço das grilagens de terras, historicamente comum na região.

Ademais, para aprofundar a reflexão sobre a condição do uso da terra nas comunidades rurais, explicita-se a Figura 2.

**Figura 2:** Condição do uso da terra em comunidades rurais de Uruçuí/PI



Fonte: Pesquisa direta, 2016.

Alicerçado na Figura 2, depreendeu-se que 42% dos agricultores detinham a posse da terra, distinguida em 35% por herança, 5% compra, 1% usucapião (direito reservado ao agricultor de adquirir a propriedade rural, por seu trabalho ou da família, desde que observado o prazo de ocupação e as dimensões da área correspondente) e 1% outras formas (sobretudo por meio de trocas de bens, configurando o escambo<sup>7</sup>). Desse conjunto, notou-se

<sup>7</sup> A história da sociedade moderna demonstra que as formas arcaicas de relação de produção e mercantil estão fadadas a extinção.

a predominância de pessoas cujo exercício de poder e controle sobre a terra foi transmitido por herança, como membros de grupos de parentesco ou linhagem, o que reforçou a concepção de Martins (2012), de que o modo mais característico do relacionamento do agricultor com a terra era o da propriedade, uma vez que a condição de proprietário asseguraria a emancipação do seu trabalho.

Mas para Marx (1977), o homem é produto do meio, é por meio da sucessão familiar que as diferentes formas de pensar e as ideologias vão manifestar no campo novas relações de produção, novas formas de produzir. Muitos irão abandonar as terras de seus pais, outros tantos irão repensar a forma de produzir, principalmente em maior caráter mercantil. Produz o que dá dinheiro, aprofunda-se a divisão social do trabalho, a especialização na produção e a ciência e a tecnologia são impelidas para garantir formas de produção melhor, mais eficiente, e não tão insalubres para o produtor rural quanto o trabalho manual, - roçar, fazer aceiro, botar fogo – coivara, lavrar a terra, capinar 1, 2 até 3 vezes até a colheita, colher, trazer para o abrigo a produção.

Por outro lado, detectou-se que tais regularidades fundiárias coexistiam com formas diferenciadas de uso da terra, haja vista que 41,0%, 14,0%, 2,0% e 1,0% dos agricultores eram, respectivamente, assentados (mas sem a posse definitiva expedida pelo órgão competente), agregados, arrendatários e ocupantes, evidenciando, portanto, a emergência de situações contraditórias na ocupação do solo uruçuiense. Esse quadro se assemelhou ao cenário encontrado por Carvalho e Monteiro (2012), que em 2011 computaram 4,4% das famílias morando em terras cedidas, 2,9% vivendo na condição de posseiros e 2,4% como agregados ou sem definição de propriedade.

A respeito da estrutura familiar, esta estava conformada por uma média de quatro filhos, o que exprimiu a existência de uma média elevada de filhos por casal, quando comparada ao número de filhos por família, no Brasil e no Piauí, que em 2012, de acordo com o IBGE (2013), correspondeu a 1,8 e 1,9, respectivamente. Todavia, sem embargo esse panorama, notou-se que o trabalho na roça (área de plantios) iniciava-se na infância, como relatado por um agricultor familiar de 62 anos.

Meu amigo! É o seguinte: eu lhe conto uma história que eu não me lembro, mas, meu pai dizia pra minha sogra que ele trabalhava naquelas caatingas do Piauí, pra lá [semiárido piauiense]. Ele trabalhava de ambulante né, mas, ele disse que com a idade de 12 anos ele me entregou a responsabilidade da casa, e daí até hoje o tiroeteio é esse [realça o cansativo

trabalho de explorar a terra]. Com 12 anos de idade eu já era responsável de tudo. Ele contava pra minha sogra: aí [informante], nunca foi menino não, nunca brincou. Eu acredito que ele contou a verdade porque nem tempo de aprender a beber uma cerveja ou uma cachaça eu não tive, aí depois de velho eu não aprendi mais, né [risos]. Fui criado assim, trabalhando direto de roça. Agora, hoje em dia, meus filhos nenhum quer roça, nenhum [...] (Informação verbal, grifo nosso).

Assinala-se que essa experiência da qual retrata as oposições de introdução dos mais jovens ao trabalho agrícola, concordou com a assertiva de Brandão Filho (2009), de que, quando as possibilidades de acumular capital são poucas, a juventude olha com desconfiança as expectativas de dependência exclusiva da atividade agrícola. Nesse sentido, não obstante a relevância dos pais na atividade agrícola, face sua posição na organização da produção, transmissão transgeracional, práticas, saberes e conhecimentos locais, sublinha-se a impossibilidade de precisar durante o levantamento de campo, a significância da participação ou não dos jovens no conjunto da agricultura familiar de Uruçuí.

Diante disso, reconheceu-se a necessidade da realização de novas pesquisas e análises sobre o problema, o que suscitou alguns questionamentos, tais como: qual o percentual de agricultores cujos filhos não trabalhavam na agricultura? Qual o montante de agricultores que tinham filhos que estudavam na cidade? Qual o número de agricultores cujos filhos migraram para outras regiões? Quais os motivos das migrações e as consequências para a produção familiar? Havia possibilidade de os filhos retornarem? Qual a opinião dos pais sobre a migração dos filhos?

Dando prosseguimento a investigação, identificou-se a predominância de agricultores familiares com baixo nível escolaridade, uma vez que dos 254 entrevistados, 19,7% não alfabetizados, 65,7% possuíam ensino fundamental incompleto, 3,5% ensino fundamental completo, 5,9% ensino médio incompleto, 1,2% ensino médio completo, 1,6% não concluíram o curso superior, e somente 2,4% dos agricultores eram graduados. Patenteou-se que os segmentos compostos por trabalhadores com ensino superior completo e incompleto, e os serviços de docência em instituições de ensino da própria comunidade ou em aulas de reforço particulares, eram do gênero feminino, o que evidenciou a divisão do tempo de trabalho entre as tarefas domésticas, agropecuárias e acadêmicas.

A defasagem educacional presenciada em Uruçuí apontou para um contexto de ineficiência das políticas governamentais voltadas para o sistema público de ensino. Como

também, se harmonizou com a visão de Carvalho e Monteiro (2012), de que a relevância da atividade produtiva transmitida entre gerações ocorria em detrimento da escolaridade, devido à atividade agropecuária se manifestar como a principal alternativa de sobrevivência do agricultor e sua família.

No item condições de moradia dos agricultores, a pesquisa mostrou aspectos discordantes às necessidades de bem-estar social, pois, por um lado, denotou melhorias na estrutura de habitabilidade, sobretudo quanto aos serviços de energia elétrica e às características de cobertura e alvenaria e, por outro lado, destacou a preponderância de lares que não desfrutavam de pisos e de sistema de esgotamento sanitário adequados e eficientes. Do montante de 254 casas, 87,0% eram cobertas por telhas cerâmicas e 13,0% por palhas das folhas do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng). Deste total, 56,7% eram construídas com alvenaria de adobe, 40,9% de tijolos cerâmicos, 1,2% de palha do babaçu, 0,8% de taipa ou pau a pique, e 0,4%, de associações entre adobe, tijolo e palha do babaçu. Já o tipo de piso, distinguiu-se em 58,3% cimentado, 22,0% chão batido, 13,4% cerâmico e 6,3% outras associações de piso.

Quanto ao esgotamento sanitário, inferiu-se que 59,0% e 41,0% não possuíam e possuíam, respectivamente, porém, em condições precárias, pois os efluentes (resíduos sólidos e líquidos) produzidos eram drenados para fossas rudimentares (ou sentinas) e sépticas, comumente utilizadas como banheiros. Entretanto, inversamente à situação do esgotamento sanitário, detectou-se que 98,4% das famílias tinham acesso aos serviços de energia elétrica, enquanto 1,6% não usufruíam desse serviço.

Em relação ao descarte do lixo doméstico produzido nas comunidades, presenciou-se que em 97,2% dos domicílios, os resíduos eram queimados e/ou lançados, sem tratamento, nas proximidades das casas; e em 2,8%, eram introduzidos em valas ou fossas construídas pelos agricultores familiares, para futuramente serem enterrados. O cenário ora em foco explicitou que o destino inadequado dos resíduos sólidos atingia diretamente as condições de saúde dos moradores, em virtude da incidência de doenças de veiculação respiratória, como relatou uma agricultora da comunidade Vereda do Mato.

Olha moço, o lixo quando a gente não enterra, a gente costuma queimá-lo. Mas, é uma prática ruim, pois a fumaça causa muita tosse e irritação de garganta, principalmente, nos pequenos [crianças]. Tem uns [crianças] que pra curar, só levando no postinho [unidade de saúde] em Uruçuí. (Informação verbal).

## OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO CERRADO PIAUIENSE

Evidentemente, observou-se que as distintas características arquitetônicas das residências espelhavam, sobretudo, a situação econômica, a presença ou não das políticas públicas e as relações de uso dos bens ambientais, o que suscitou constatar que por necessidade os agricultores familiares de Uruçuí combinavam os poucos recursos financeiros às condições de aproveitamento da natureza, com vistas a estruturarem os lares, conforme se verifica na Figura 3.

**Figura 3:** Moradia de pau a pique com palha de babaçu. Uruçuí/PI



**Fonte:** Pesquisa direta, 2016.

Esses aspectos habitacionais confrontavam as argumentações de Gomes (2009), no sentido de que a casa, como uma construção social, abriga os estilos de vida de uma família, isto é, representa um lugar marcado por especificidades econômicas e culturais que traduzem identidades, preferências, desejos, ideais e necessidades das pessoas. Evidentemente, diante das condições sociais de sobrevivência de parcela significativa de agricultores nos cerrados do Piauí, refletiu-se sob as condições precárias de sobrevivência impostas às famílias, o que não poderia ser visto como o reflexo de suas preferências, gostos e desejos.

Outrossim, verificou-se que 88,6% das residências contavam com um sistema de canalização hídrica cuja origem era proveniente de poço artesiano, e que 11,4% dos lares não desfrutavam desse serviço. Desse montante de famílias com complicações no abastecimento de água, observou que 6,3% dependiam de rio e 5,1% captavam o bem em nascentes. Outrossim, constatou-se que 59,0% das propriedades faziam algum tipo de

tratamento do recurso, como 43,7% filtravam, 8,3% ferviam e 7,0% aplicavam cloro, e 41,0% não faziam nada. Dessa forma, inferiu-se, embasado na concepção de Carvalho e Monteiro (2012), que as debilidades no acesso e na qualidade de água, em Uruçuí, impunha limites aos agricultores, prejudicando as condições de vida, na medida em que guardavam complexas relações com o meio ambiente, conforme ficou evidenciado na comunidade Vão do Lourenço onde as pessoas captavam água de nascente para a reprodução da lavoura, a sobrevivência física e a higiene pessoal.

Nessa perspectiva, salienta-se que essa adversidade, manifestada pela ineficiência de saneamento básico como sério problema social, assentou-se na análise de Monteiro e Filho (2007), de que o saneamento básico, pela própria natureza das intervenções previstas, consiste em um serviço que tem por lógica a manutenção da vida com qualidade, através da oferta de água potável e do desenvolvimento de soluções ao esgotamento sanitário com sua coleta e tratamento.

Por outro lado, as dificuldades no acesso a água de qualidade e ao saneamento básico, bem como a defasagem no nível de escolaridade e as condições de habitação, revelavam que nos cerrados do Piauí muitas comunidades são marcadas pela exclusão, de enorme pobreza, baixa organização social, sem infraestrutura social básica. Isso demonstra que existe algo de errado no modelo de política pública de desenvolvimento rural assumido no Brasil.

Em pleno século XXI, torna-se inadmissível que trabalhadores rurais de Uruçuí e dos cerrados do Piauí convivam em condições precárias e arcaicas de acessibilidade a água potável, sujeitando-se ao consumo de águas fluviais e de nascentes que, conforme os relatos locais, já se encontram poluídas por agrotóxicos, não sendo raro os casos de doenças por água contaminada nas comunidades rurais do cerrado.

Ademais, detectou-se que 88,0% dos agricultores familiares não usufruíam de sistemas de telefonia, enquanto 12,0% dispunham desse serviço. E que 98,4% das comunidades não tinham interação com a internet, sendo acessível apenas para 1,6% dos lares, cabendo aos jovens essa particularidade. Logo, apreendeu-se que esse condicionante por um lado, confirmava o quadro de exclusão social a que os agricultores estavam expostos, e por outro lado, refletiu a concepção de Candido (2017), de que a incorporação da unidade de produção familiar aos estilos de vida modernos alteraria as posições na estrutura familiar, por evidenciarem, sob certos aspectos, como restrição, ampliação ou redefinição de necessidades.

Este, portanto, é o grande desafio da agricultura familiar do cerrado piauiense, ser verdadeiramente protagonista nas políticas de desenvolvimento rural brasileiro, políticas estas que promova a inclusão socioespacial das famílias trabalhadoras e a superação dos entraves econômicos, políticos e técnicos que dificultam a ascensão dos arranjos socioprodutivos locais. O problema não seria a expansão e consolidação do agronegócio nos cerrados do Piauí, mas as assimetrias que tencionam a relação governamental com a pequena propriedade rural, sendo que o latifúndio tem tido vantagens a mais de 500 anos.

### **5 Considerações finais**

Em Uruçuí, as políticas implementadas pelo Estado consentiram a permanência e o acirramento de um quadro de desigualdades sociais que interferiu diretamente na continuidade da agricultura familiar, na medida em que as ações governamentais viabilizaram a manutenção de grandes propriedades rurais, repercutindo na expulsão dos agricultores familiares das terras de uso coletivo para a cidade, para os assentamentos ou para os baixões.

O que ficou claro a partir dos dados analisados é que os caminhos a percorrer pela agricultura familiar de Uruçuí são desafiadores, haja vista a situação social nas comunidades marcada por incertezas quanto à posse e o uso da terra, por migrações entre comunidades, em função do avanço do agronegócio nas chapadas, por um baixo nível de escolaridade, por envelhecimento da população e pouca presença dos mais jovens na reprodução da atividade agrícola, por insatisfatórias condições de moradia e saneamento básico, e por carências quanto ao uso de redes de comunicações modernas.

Sendo assim, realça-se que em Uruçuí, a superação dos desafios impostos pela herança histórica, de concentração da riqueza, da renda e da terra, os quais foram aprofundados pela territorialização capitalista derivada da difusão do agronegócio, requer, acima de tudo, a garantia de melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, de suas demandas sociais e econômicas, bem como de valorização dos aspectos culturais e ambientais, o que suscita a necessidade do Estado revisar suas lógicas e orientações no campo do desenvolvimento territorial rural.

Portanto, reconhece-se a originalidade desta investigação, na medida em que possibilita despertar para uma rediscussão sobre as lógicas e expressões de resistência e

reprodução social da agricultura familiar no cerrado brasileiro, mediante o antagonismo das políticas públicas de desenvolvimento rural, supostamente fundamentadas na expansão da grande lavoura capitalista.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES, A. P. A. F. 2015. Comunidade enquanto espaço de múltiplas ações e percepções: o caso de uma comunidade quilombola em Ponta Grossa e a questão fundiária. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, número especial, p. 43-60, 2015.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M. R. A questão fundiária sob o impacto do agronegócio no cerrado piauiense. **Revista Faculdade Santo Agostinho**, Teresina, v. 12, n. 4, p. 207-229, 2015.

ASSIS SILVA, B. G. Economia: elemento norteador para a formação territorial do Piauí. FAÇANHA, A. C.; CUNHA, M. A. (Orgs.) **Piauí, desenvolvimento territorial escalas de abordagem**. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 25-36.

BRANDÃO FILHO, J. B. Dilemas e desafios da pequena produção agrícola frente à expansão do agronegócio no Piauí. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Orgs.). **A territorialidade do capital: geografias da soja II**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. p. 115-136.

BRUNO, R. Agronegócio: palavra política. In: BRUNO, R.; CARVALHO, A. V.; BORDADO, C. A.; SEVÁ, J. T.; VIEIRA, M. A. C.; CARNEIRO, O. B.; AQUINO, S. L. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009, p. 113-129.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017. 336 p.

CARVALHO, D. C. M.; MONTEIRO, M. S. L. A multifuncionalidade da agricultura familiar em Uruçuí-PI. In: ROCHA, J. R. S.; BARROS, R. F. M.; ARAÚJO, J. L. L. (Orgs.). **Ambiente, sociedade e desenvolvimento no trópico ecotonal do Nordeste**. v. 6, Teresina: EDUFPI, 2012, p. 13-36.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1974, 339 p.

GOMES, R. A. De sitiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. (estratégias de reprodução social)**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 303-330.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 (Piauí)**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. **Base cartográfica contínua, ao milionésimo (BCIM)**: versão 4.0. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades e estados**. Uruçuí-PI. (2020). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/urucui.html>. Acesso em 17 de junho de 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária do Piauí por município**. Teresina: INCRA (Superintendência regional do Piauí - SR 24), 2013.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, 124 p.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: Jesus, D. M.; Baptista, C. R.; Victor, S. L. **Pesquisa e educação especial**: mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017, 312 p.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la economia política**. v.1, 9. ed., México: Siglo xxi, 1977.

MORAES, M. D. C. de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, p. 173-209.

\_\_\_\_\_. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: Godoi, E. P. de; Menezes, M. A. de; Marin, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2 (estratégias de reprodução social). São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 131-161.

MONTEIRO, M. S. L.; AGUIAR, T. J. A. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, D. S.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 211-233.

MONTEIRO, M. S. L.; FILHO, F. A. V. Esgotamento sanitário de Teresina: um problema técnico e ambiental. In: LOPES, W. G. R. (et al.). **Cerrado piauiense**: uma visão interdisciplinar. Teresina: Edufpi, 2017, p. 377-402.

MUCCHIELI, A. **Dictionnaire des méthodes qualitatives em sciences humaines**. Paris: Armand Colin, 1996.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016, 244 p.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000, 100 p.

SILVA, A. J. **Agricultura familiar e a desterritorialização/desterritorialização/reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense**: hibridismo sociocultural marginal em Uruçuí. 325 fls. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas e dilemas da agricultura empresarial na fronteira agrícola piauiense. **Sociedade e território**, Natal, v. 3, n.1, p. 116-138, jan.jun., 2019.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; SILVA, M. V. Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 95-114, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.